



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

LEI ORDINÁRIA Nº 2196, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1982

Proj. de Lei nº /17 – Aatoria: Vereador XXX

**ALTERA DISPOSITIVO DA
LEI MUNICIPAL Nº 1.961, 28
DE DEZEMBRO DE 1977
(CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO
MUNICÍPIO DE ASSIS).**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º – A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor venal do terreno.~~

~~Art. 2º – Sobre o valor venal se aplica as alíquotas nas seguintes bases:~~

~~I – TERRENOS NÃO EDIFICADOS:~~

~~a) Quando o imóvel estiver beneficiado com 5 (cinco) ou 6 (seis) melhoramentos públicos seguintes: pavimentação de vias públicas, energia elétrica domiciliar, iluminação pública, rede distribuidora de água, rede coletora de esgoto sanitário e guias e sarjetas 3% (três por cento) sobre o valor venal do terreno;~~

~~b) Quando o imóvel estiver beneficiado com 3 (três) ou 4 (quatro) dos melhoramentos públicos referidos no item anterior, dentre eles, necessariamente guias e sarjetas 2% (dois por cento) no valor venal do terreno;~~

~~c) Quando o imóvel estiver beneficiado com 3 (três) ou 4 (quatro) melhoramentos públicos referidos no item a, não contando com guias e sarjetas = 1,5% (um e meio por cento) do valor venal do terreno;~~

~~d) Quando o imóvel contar 1 (um) ou 2 (dois) desses melhoramentos = 1% (um por cento) do valor venal do terreno;~~

~~e) Quando o imóvel contar nenhum desses melhoramentos = 0,5% (meio por cento) do valor venal do terreno;~~



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

Secretaria Municipal de Governo e Administração

~~§ 1º — Os terrenos classificados nos itens a e b deste artigo quando dotados de muro e calçada, gozarão da redução de 50% (cinquenta por cento) na alíquota.~~

~~§ 2º — O terreno não edificado com o disposto na alínea "a", que pertencer ao mesmo proprietário por mais de 2 anos, ficará sujeito ao seguinte acréscimo na alíquota:~~

1 — Quando mais de 20 (vinte) anos	200%
2 — Quando mais de 15 (quinze) anos	150%
3 — Quando mais de 10 (dez) anos	100%
4 — Quando mais de 5 (cinco) anos	50%
5 — Quando mais de 2 (dois) anos	25%

II — TERRENOS EDIFICADOS:

~~0,5 (meio por cento) sobre o valor venal do terreno.~~

~~§ 3º — As alíquotas previstas neste artigo poderão ser elevadas por Lei, para os contribuintes que não cumprirem as exigências legais da Política Urbanística do Município.~~

~~Art. 3º — O valor venal do terreno será apurado, anualmente, em função da Planta Genérica de Valores, considerando-se os seguintes elementos, em conjunto ou isoladamente:~~

- ~~I — Declaração correta do contribuinte;~~
- ~~II — Preços correntes de terrenos, estabelecidos em transações realizadas nas proximidades do terreno considerado para lançamento;~~
- ~~III — Localização e características do terreno;~~
- ~~IV — Existência de equipamentos urbanos (água, esgoto, pavimentação, iluminação e limpeza pública);~~
- ~~V — Índices de desvalorização da moeda;~~
- ~~VI — Índices médios de valorização de terrenos na zona em que esteja situado o terreno considerado;~~
- ~~VII — Outros elementos informativos obtidos pelo órgão lançador e que possam ser tecnicamente admitidos.~~

~~§ 1º — Para apuração do valor do terreno não serão considerados os bens imóveis nele mantidos, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, embelezamento ou comodidade.~~

~~§ 2º — Anualmente o Executivo fixará e regulamentará o Processo de Apuração do Valor venal dos Terrenos, sempre em função da Planta Genérica de VALORES, antes do lançamento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana.~~



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

~~DA ARREGADAÇÃO~~

~~Art. 4º — O pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana poderá ser feito parceladamente até o máximo de 12 (doze) parcelas.~~

~~DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA~~

~~Art. 5º — A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial é o valor venal do imóvel edificado, com exclusão do terreno, considerando-se a área das construções nele existentes.~~

~~Art. 6º — Sobre o valor venal se aplica as seguintes alíquotas:~~

~~I — Construções de uso próprio residencial e comercial/industrial — 0,5 %;~~

~~II — Outras construções — 1 %.~~

~~§ 1º — Considerando-se como locado as construções desocupadas ou cedidas gratuitamente, no todo ou em parte.~~

~~§ 2º — As alíquotas serão majoradas nos seguintes casos:~~

~~I — Nos imóveis em vias pavimentadas, com prédios construídos e sem construção de muros e passeios ————— 50%~~

~~II — Nos imóveis, com prédios em condição de habitação sem que tenha concedido o "habite-se" da obra, pelo órgão competente ————— 40%~~

~~§ 3º — As alíquotas previstas neste artigo poderão ser elevadas, por Lei, para os contribuintes que não cumprirem as exigências legais da política urbanística do Município.~~

~~Art. 7º — O valor venal das edificações serão apurados, anualmente em isenção de Sistema de Pontuação, considerando-se os elementos seguintes, em conjunto ou isoladamente:~~

~~I — Declaração correta do contribuinte;~~

~~II — O índice médio de valorização correspondente ao local que esteja situado o imóvel;~~

~~III — O preço das edificações, devidamente diferenciadas por categorias;~~

~~IV — O preço das edificações nas transações imobiliárias.~~

~~§ 1º — Para a apuração do valor venal das construções ou edificações não serão considerados os bens imóveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, embelezamento ou comodidade.~~



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

Secretaria Municipal de Governo e Administração

~~§ 2º – Os valores unitários médios serão estabelecidos, anualmente, por Decreto do Executivo, contendo/obrigatoriamente a fixação e regulamentação do processo de apuração do valor do imóvel edificado.~~

~~§ 3º – Anualmente, o Executivo regulamentará o processo para a apuração do valor venal dos imóveis construídos ou edificados, sempre em função do sistema de Pontuação antes do lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial.~~

DA ARRECADAÇÃO

~~Art. 8º – O pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial poderá ser feito parceladamente, até máximo de 12 (doze) parcelas. [\(Revogado pela Lei Ordinária nº 2250, de 26 de dezembro de 1983\).](#)~~

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO

Seção I

DA INCIDÊNCIA

Art. 9º – Será devida a contribuição de melhoria no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas, executadas pelos órgãos da Administração direta ou indireta do Governo Municipal:

I – abertura alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III – construção e ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV – Serviços de obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, asca sores, instalações de comodidade pública;

V – proteção contra seca, inundação, erosão, ressacas, e obras de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI – construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagens;

VII – construções de aeródromos e aeroportos e seus acasos;

VIII – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”
Secretaria Municipal de Governo e Administração

desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 10º – As obras e melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadra-se-ão em dois programas:

- I – prioritárias, quando preferência e de iniciativa da própria administração;
- II – secundárias, quando de menor interesse geral e solicitadas por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser no futuro, diretamente beneficiados.

Art. 11º – As obras a que se refere o item II do artigo anterior só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º – O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regulamentarão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º – A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50 % (cinquenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º – Não sendo prestadas todas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 4º – Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º – Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiveram seus imóveis valorizados pela obra será compensado o valor das cauções prestadas.

SEÇÃO II

SUJEITO PASSIVO

Art. 12º – A contribuição será cobrada dos proprietários de imóveis de domínio, situados nas áreas diretas e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 1º – Reponde pelo pagamento da contribuição da melhoria o proprietário de imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade transfere aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do imóvel.

§ 2º – No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta ou foreiro.

§ 3º – Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

proprietário.

SEÇÃO III BASE DE CÁLCULO

Art. 13º – A Base de cálculo para a cobrança de Contribuição de melhoria terá por limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmio de reembolso e outras de prazo em financiamento em empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época de lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

§ 1º – Serão incluídos nos orçamentos de custos de obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§ 2º – A porcentagem do custo real a ser cobrada mediante contribuição de melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios padrões usuários, as atividades econômicas predominantes o nível de desenvolvimento da região.

§ 3º – A apuração, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 4º – A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência.

§ 5º – Anualmente o Executivo fixará e regulamentará o Processo para Apuração do Cálculo de Valor correspondente à Contribuição de Melhorias.

SEÇÃO IV LANÇAMENTO

Art. 14º – Para lançamento da Contribuição de Melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

- I – memorial descritivo do projeto;
- II – orçamento do custo da obra;
- III – determinação da parcela do custo da obra a ser instalada pela



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

contribuição;

IV – delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;

V – o valor a ser pago pelo proprietário.

§ 1º – O proprietário terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º – A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo.

§ 3º – Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como quaisquer recursos administrativos não suspenderão o início do prosseguimento das obras, não obstarão a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 4º – Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a soma de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 15º – Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 16º – O órgão encarregado do lançamento deverá notificar o proprietário, diretamente ou por edital, do:

I – valor da contribuição de melhoria lançado;

II – prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

III – prazo para a impugnação;

IV – local de pagamento.

§ único – Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação de lançamento, não inferior, ao órgão lançador, reclamação por escrito contra;

I – o cálculo do índice atribuído;

II – o erro na localização ou quaisquer outras características do imóvel;

III – o valor da contribuição determinado.

Art. 17º – os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou prosseguimento das obras, nem terão efeito de obter a administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da contribuição de melhorias.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”
Secretaria Municipal de Governo e Administração

SEÇÃO V DO PAGAMENTO

Art. 18º – A contribuição de melhoria será paga de um só vez ou parceladamente.

Art. 19º – No caso de pagamento parcelado, as parcelas serão calculadas de modo que o total anual não exceda a 3% (três por cento) do maior valor fiscal do imóvel, constante do Cadastro Imobiliário fiscal e atualizada à época da cobrança.

Art. 20º – As prestações da contribuição de melhoria serão corrigidas monetariamente e vencerão juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 21º – O contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, à época da primeira prestação, gozando do desconto de 10 % (dez por cento).

Art. 22º – O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte a atualização monetária a multa de 20 % (vinte por cento) e juros de 1 % (um por cento) ao mês.

SEÇÃO VI DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 23º – A contribuição de melhoria não incide sobre imóveis de propriedade do poder público, exceto os prometidos a venda e os submetidos a regime de enfiteuse ou aforamento.

SEÇÃO VII DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Art. 24º – Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firma convênio com a União e o estado para efetuar o lançamento e arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

DA UNIDADE DE VALOR FISCAL



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

Secretaria Municipal de Governo e Administração

Art. 25º – O município define e estabelece, como U.V.F. (Unidade de Valor Fiscal), para o exercício de 1981, o valor de Cr\$ 11.225,00 (onze mil, duzentos e vinte e cinco cruzeiros), nos termos da Lei Federal nº 6205 de 29 de abril de 1975.

Art. 26º – Na fixação, por Decreto do Executivo, da Unidade de Valor Fiscal utilizada pelo Código Tributário Municipal, para os exercícios subsequentes, tomado o valor-base do exercício em curso, aplicar-se-á o índice estabelecido na legislação federal pertinente, obtendo-se o valor de referência que vigorará a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

§ único – Ressalvadas eventuais autorizações legais hierarquicamente superiores, trazidas por mutações na sistemática para a correção da Unidade do Valor Fiscal, não baixado o Decreto a que se refere o "caput", até 31 de dezembro de cada ano, permanecerá para o calendário seguinte aquela então em vigor.

Art. 27º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 28º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, em 30 de dezembro de 1982.

LAURO SPERA
Prefeito Municipal

LUIZ ALCÂNTARA
Diretor do Departamento de Administração

Publicado no Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Assis, em 30 de dezembro de 1982.

LUIZ ALCÂNTARA
Diretor do Departamento de Administração